

ENTREVISTA





Silvia Viana é professora de sociologia na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). Graduada em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), possui mestrado e doutorado pela mesma instituição. É autora de *Rituais de sofrimento*, livro publicado em 2013 pela coleção Estado de Sítio, da Editora Boitempo.

Esta entrevista foi concedida a Cristina Barbosa (Universidade São Judas Tadeu).

No livro *Rituais de sofrimento*, você discute os *reality shows* com foco na eliminação dos concorrentes, a partir da análise da assimilação pela mídia do ritual de "descarte" praticado pelo mercado de trabalho nas últimas décadas. Como o "espetáculo da realidade" exibido pela televisão incorpora o "paredão" das relações de trabalho?

Os *reality shows* têm, em sua maioria, a forma de processos seletivos: neles, os participantes são eliminados um a um, até que reste apenas o "vencedor". Essa estrutura é muito diferente daquela dos "shows de calouros", nos quais os participantes podiam ganhar o prêmio ou não, de acordo com sua *performance*. Já que não havia uma única vaga a ser preenchida, os candidatos não estavam em competição entre si. Mesmo em *realities* que não envolvem diretamente uma disputa, a seleção está pressuposta no "desafio" posto. Em programas de transformação, por exemplo, o argumento subjacente é o da necessidade de não "ficar para trás": seja na moda, no corpo, no comportamento ou nos relacionamentos.

Em ambos os casos, não lidamos com uma disputa qualquer, trata-se de uma seleção negativa, na qual a eliminação se torna segunda natureza. O "cortar cabeças" – como é definido o procedimento pelo diretor do Big Brother Brasil – não decorre da qualificação dos candidatos postos à prova, e sim da necessidade prévia de eliminar. Ainda que dois participantes sejam perfeitamente adequados – sabe-se lá para quê –, um deles obrigatoriamente sucumbirá. Parece redundância, e é, pois a eliminação torna-se um fim em si. O mecanismo de seleção é o que está no centro do picadeiro, e a seu redor rolam cabeças.

Essa estrutura comum não ocorre graças à iluminação criativa dos produtores; pelo contrário, ela se repete por adquirir a forma social que norteia grande parte de nossa vivência no capitalismo contemporâneo. Para além dos processos seletivos pelos quais, de fato, passamos inúmeras vezes ao longo da vida, nos vemos permanentemente submetidos à ameaça de descarte. Até aqueles que já têm um emprego garantido estão sempre "em avaliação" – dentro da empresa, fora dela, em todos os lugares e em cada momento. Ainda que sejamos ótimos no que fazemos e trabalhemos incansavelmente, o "lugar ao sol" é sempre uma corda bamba.

De acordo com sua análise, o formato *reality show* seria imprescindível até os anos 1970. Sua viabilidade está diretamente relacionada aos códigos de sobrevivência impostos pelo modelo econômico neoliberal?

Não é uma viabilidade em termos tecnológicos. Não são as câmeras e técnicas sofisticadas de edição que possibilitam a existência dos *reality shows*, mas seu formato. Algo muito próximo da estrutura ritual desses programas ocorria nos Estados Unidos, na época da Grande Depressão: nas "maratonas de dança" o público assistia, ao vivo e por meses a fio, ao baile ininterrupto de casais, até que o último a permanecer em pé recebesse seu prêmio em dinheiro.

Entre aquela época de catástrofe e a nossa, no entanto, houve um interregno. Mediante direitos sociais e o consumo administrado, o pacto fordista buscava mitigar, ao mesmo tempo, as crises do capitalismo e suas consequências – incluindo aí tanto a pauperização quanto o risco da revolução. Havia um horizonte de conforto e segurança para grande parte da população dos países nos quais o bem-estar chegou, de fato, a ser implantado. Em nosso país, é bom recordar, a sociedade salarial permaneceu irrealizada, mas não deixava de ser uma promessa.

O horizonte de expectativas, em nosso tempo histórico, foi invertido, não há a promessa de uma gradual ascensão social (à custa da permanência da exploração, não custa lembrar), mas sim a ameaça universal: caso não batalhemos, nos acomodemos, nos sintamos seguros, o chão nos será retirado dos pés. É como se, em outros tempos, a voz do mundo afirmasse: "o que está dado é bom e é bom porque está dado", e agora não deixe de repetir: "o mundo é cruel, adapte-se a isso e busque sobreviver". Vivemos como em uma crise permanente e insanável, diante da qual resta a sobrevivência. Em meio à hiperabundância de mercadorias, bem como de trabalho, atuamos na pauperização extrema, daí reencontrarmos as "maratonas de dança", agora produzidas e consumidas em massa.

Como podemos relacionar a lógica "é preferível ter qualquer trabalho a trabalho nenhum", citada em seu livro como resultado do capitalismo flexível, à ansia contemporânea pela autoexposição constatada, em especial, pela "vitrine" pública representada pelas redes sociais? Podemos falar em "é preferível ter qualquer exposição a exposição nenhuma", para nos ajudar a compreender o caráter voluntário dos participantes dos *reality shows*, apesar dos sofrimentos e humilhações aos quais estão certos que serão submetidos?

O exibicionismo é a principal explicação para a participação nesses programas. Tal perspectiva é compartilhada confortavelmente pela própria indústria cultural que, desse modo, permanece legitimando-se como grande realizadora de sonhos – mesmo quando cinicamente apresentados como desejos perversos.

Não acho que seja uma concepção satisfatória, pois os participantes, acima de tudo, sofrem. Dito isso, a próxima explicação, também ela presente no rol das autojustificações dos produtores, é a de que eles são masoquistas. Eles que lá estão, diferentemente de nós, que jamais topariamos isso, se exibem, machucam os outros, dão-se a machucar... Contudo, tal sofrimento não se esgota em si mesmo como gozo; trata-se do sofrimento próprio ao trabalho: ele visa uma realização, ainda que essa seja incerta, e até pouco provável. Por isso, os participantes afirmam se tratar de uma "oportunidade", seja para ganhar dinheiro, para adquirir capital-celebridade ou para "aprender". De fato, o que eles realizam em seus diversos "confinamentos" nada mais é que o trabalho de protagonistas e roteiristas de uma "novela da vida real".

A participação, como meio de acúmulo infinito de habilidades, tornou-se um imperativo em nossa sociedade e não está apenas em *reality shows*. Temos que participar do que se nos apresenta para não "ficarmos para trás". E não é essa a sensação que temos ao aderir às redes sociais virtuais e delas não mais conseguirmos sair? Também nós trabalhamos gratuitamente para empresas de mídia todos os dias; também nós nos expomos e somos assistidos; também nós, os "esclarecidos", formulamos narrativas das mais diversas para o Facebook ou o YouTube. Também não é trabalho fácil, também envolve necessidade de reconhecimento, sofrimento e ansiedade. Por que fazemos? Para nos exibir? Certamente a resposta a tal pergunta será mais rica que essas ofertadas de bom grado pela indústria cultural que, lá e cá, nos paga com a promessa, jamais cumprida, de nossa própria realização, e nenhum centavo a mais.

Seu livro faz diversas referências aos campos de concentração nazistas e aponta como essência dos *reality shows* a tríade confinamento, vigilância e eliminação. Qual seria a analogia entre a ideologia nazista e as diretrizes seguidas pelos produtores desses programas?

O sistema nazista forjou uma nova forma de ideologia que dispensou a justificação racional da dominação. Ao contrário do que se costuma pensar, não era o ideário disparatado de seus líderes – capaz de abarcar os mais variados paradoxos, tais como a exaltação da indústria e a mitologia do retorno ao campo –, a fonte da obediência, mas a forma ritual em que se converteu a organização social. Não são poucos os relatos que mostram, não sem perplexidade, que muitos dos maiores "fanáticos" por Hitler abandonavam suas convicções febris, sem a menor cerimônia, assim que o sistema entrou em colapso. No nazismo, o comando passou a existir sem espírito, como injunção pura e incompreendida. É nesse mesmo sentido que se pode assistir às provas promovidas pelos *reality shows*: em si mesmas, elas não oferecem sentido algum, não há sequer uma correlação entre elas e os prêmios e castigos

distribuídos; do mesmo modo, não obstante o mistério completo dos critérios para a eliminação, todos passam seus dias e noites "batalhando" para sobreviverem. Primo Levi mostra como, nos campos de concentração, as chamadas intermináveis, a arrumação impecável das camas, o corte forçado dos cabelos etc., forjavam a obediência sem que nenhuma propaganda fosse necessária. Entre os inúmeros rituais, que colocavam as pernas em marcha, mesmo que já não houvesse música, o central era a seleção: eis um segundo ponto no qual a analogia com nosso mundo é possível e perturbadora. Isso porque, em ambos os casos, lidamos com uma seleção negativa, que não é regida pelo mérito ou utilidade daquele que está no fio da navalha, mas por uma necessidade prévia, inelutável e fantasmática, de eliminação.



Em sua pesquisa você fala em "sociedade ávida por catástrofe" e "sociedade do pânico". Até que ponto essa caracterização nos ajuda a compreender a aparente aceitação pública da exposição da violência em diferentes produções da mídia?

A catástrofe é algo que, por um lado, não cansamos de projetar e temer e, por outro, atuamos cotidianamente. Daí nossa fixação maior não estar tanto no Fim, mas na sobrevida após sua chegada. Há um *reality show* chamado "A Colônia" que mostra – com pretensão fim didático – a "reconstrução" da sociedade por parte de sobreviventes de uma catástrofe biológica. Eles passam seus dias produzindo arremedos das valiosas mercadorias perdidas e se defendendo de ameaças criadas pelos "cientistas" encarregados de atormentá-los. O mais trágico, contudo, é quando nos damos conta de que essas duas tarefas são as que o mundo exige de nós em nossa própria "normalidade" – por isso, muitos participantes afirmam ter aprendido muito também para sua vida regular. A redundância da existência reduzida à biologia também está na origem de nossa fixação por zumbis: seres sem consciência, mortos que ainda funcionam. Há uma espécie de intuição social nessa paixão. Ela aponta para a ausência de finalidade no fim da acumulação capitalista.

Nisso reside o poder de atração de programas tais como o seriado *Walking Dead*, e não nos litros de sangue e quilos de miolos voadores. Antes de condenarmos a violência exibida pela TV, devemos nos dar conta do objeto que ela, inconscientemente, captura, e que sempre está posto na fantasia social antes de alcançar a prancheta dos redatores.

No contexto da indústria cultural, os *reality shows* são uma mercadoria facilmente vendável, como demonstra o patrocínio de grandes anunciantes e a onipresença da reprodução dos "melhores momentos" nas diferentes mídias e nas conversas em espaços públicos. Diante do lucro gerado pela exposição da violência, que atende ao mercado duplo da televisão (telespectadores e publicidade), estamos reféns da mercantilização da crueldade? Há escapatória, se os "rituais de sofrimento" integram nossa organização de mundo?

Evidentemente que sim, somos seres históricos, e habitamos o "mundo sem saída" há pouco mais de 30 anos, tempo pouco de muita desgraça. A escapatória, contudo, não está – nem poderia estar – no conteúdo televisivo: "a revolução não será televisionada", dizia o poeta, ainda na soleira de nossos dias.

O problema da crueldade não está no fato de ter se tornado mercadoria, mas de ser característica estruturante das relações sociais; só por isso, pode ser empacotada e vendida – no formato *reality show*, mas também como autoajuda para o mercado de trabalho: "você deve ser forte", "deve vencer a concorrência", "ser um guerreiro", "ser um leão". Cabe entender como se formou e qual o funcionamento desse liame paradoxal. Para não irmos demasiado longe, basta apontar para a inversão de valores resultante de nossa fantasia de sobrevivência. A crueldade só pode ser aceita e, mais que isso, benquista, quando "fazer o mal" nos aparece como parte de uma tarefa necessária. É isso que Alexandre Frota quis dizer quando afirmou que foi "contratado para ser filho da puta": ele apenas cumpriu sua função. Aquele que não cumpre sua missão, que se recusa, por exemplo, a entrar em conflitos com os demais participantes, esse sim deve ser tratado, no mínimo, como uma pessoa desonesta, no geral, como um covarde. Os corajosos são aqueles que superam os desafios impostos, por mais estúpidos, despropositados e violentos que sejam.

Há 13 anos, os telespectadores são impelidos a "espiar" cenas constrangedoras e exibicionistas protagonizadas pelos participantes do Big Brother Brasil. Anualmente, milhões de pessoas mantêm a fidelidade ao programa, inclusive participando como algozes nas fases de eliminação. Sem nos limitarmos à explicação baseada no gozo sádico do "ver sofrer", o que poderia nos ajudar a compreender a audiência responsável pela longevidade do programa?

A resposta não é muito diferente daquela que cabe aos "felizardos" que foram selecionados para participar da seleção. Aquele a quem é dada a chance de "cortar cabeças" de casa também está a serviço da elaboração de tramas; muito mais que "espiar", também ele "participa". Esse tipo de programa surgiu junto a uma ideologia – hoje já bastante desgastada pela sua própria fragilidade – que, ao mesmo tempo, criticava a passividade do público diante do espetáculo e afirmava sua democratização. Há um ponto, contudo, em que essa

ideologia deve ser levada a sério: não se pode negar que as pessoas tenham assumido um papel mais ativo no que tange ao protagonismo e à formulação de conteúdos; isso gera uma satisfação verdadeira: a da criação de uma obra própria.

Para além do questionamento do "sempre-igual" dessa obra, devemos atentar para um encerramento anterior: o da forma, não apenas como formato resguardado por direitos autorais, mas também como uma fantasia intocável. Por isso, é inadmissível que se coloque em questão a eliminação em programas como o BBB: em nenhum momento se aventa, por exemplo, a recusa do voto. Deixar de levar o outro ao cadafalso não faria sentido, pois colocaria a própria questão do Sentido, deslocando todo o campo simbólico sustentado pela forma. Por isso, a pergunta a ser feita diz menos respeito à participação do público, e mais à natureza dessa atividade, pois ela apenas reafirma o que está dado de antemão, não sendo, portanto, uma ação no sentido forte do termo.

Em seu estudo, a sociedade contemporânea é "engrenagem de fazer sofrer", característica reproduzida nos *reality shows*. E quanto à representação do sofrimento na imprensa, em especial nos telejornais, já que estamos falando em televisão? Como a exaustiva repetição de cenas diárias de violência, descontextualizadas do cenário político-ideológico, pode anestesiar o pensamento de quem vê e anular o debate de questões que merecem atenção premente?

Não creio haver uma descontextualização político-ideológica. A violência exibida, que é a violência praticada, não tem mesmo finalidade político-ideológica. No geral, estamos sim diante de uma violência redundante, banal. O problema é o contrário: os telejornais buscam armar uma narrativa que lhe confira o sentido que, de fato, falta. Daí a construção da figura do bandido, que transpõe a crueldade para o campo de uma psicologia de farmácia e, de lambuja, confere feição social ao que deve ser temido: o jovem negro de periferia.

O termo "banalidade do mal" também tem, ele mesmo, sido vítima de banalização. Quando Hannah Arendt o cunhou não se referia à quantidade ou à representação da violência, e sim à sua natureza. O problema desse mal está no fato de ser praticado sem fúria ou qualquer outra paixão, seja ela política, religiosa, estética, guerreira etc. Trata-se de uma crueldade praticada ordinariamente. É essa violência que prolifera nos dois lados da tela. No caso dos *reality shows*, é parte do expediente.

O problema é que há uma diferenciação artificial entre o crime do traficante e o do participante de *reality show*. Em termos estruturais, eles são iguais, são "trabalho dado, trabalho cumprido". Mas é do interesse do poder que sejam colocados em campos opostos, assim somos capazes de ter ojeriza pelo negro pobre, na mesma medida em que idolatramos o participante de *reality show*, ou o executivo que "superou desafios" para chegar aonde chegou. Um é escória, o outro, herói. Um comete violência, o outro "vence".

Em nenhum dos casos estamos lidando com uma "anestesia do pensamento", pelo contrário, a esperteza prolifera na mesma medida que o *body count*. Trata-se de uma anestesia do juízo. Essa resulta da defesa necessária, encontrada por uns e outros, quando submetidos ao trabalho sujo que lhes fora confiado. Todos sabem o que fazem, mas continuam fazendo. É em nossa prática que se encontra o erro, é por meio dela que nos desacostumamos da faculdade da compaixão.

Qual é a sua opinião sobre as responsabilidades do Estado? Como responsável pela concessão pública das emissoras de televisão às corporações de comunicação, o Governo Federal deveria intervir para garantir o direito inalienável à dignidade, garantido aos cidadãos em sociedades democráticas?

É claro que a regulamentação pública das emissoras de TV no Brasil é uma piada: não há limites para a propriedade de diversas mídias por uma mesma corporação; políticos são donos de emissoras de rádio, TV e jornais; a renovação das concessões ocorre automaticamente, sem consulta popular ou debate público a respeito de conteúdos; isso para não falar da concentração midiática em meia dúzia de mãos. Tudo isso e muito mais deve ser questionado, e o vexame da mídia diante das grandes manifestações de junho – passando, em algumas horas, da criminalização à tentativa de instrumentalização – abriu as portas para uma luta política fundamental – aproveitemos.

Questão diferente é crença de que basta eliminarmos a baixaria na TV para nos vermos livres da mesma em nossas vidas. Essa é uma visão limitada do funcionamento ideológico da indústria cultural. Muitos *reality shows*, por exemplo, assumem a faceta "do bem" e conquistam a admiração dos melhores entre os bons corações. Para além dos que tratam da saúde (como programas voltados para o emagrecimento e até mesmo para a reabilitação de viciados em drogas), há um programa que criticou a política persecutória e punitiva dos Estados Unidos nos pós-11 de setembro – *Guantánamo guidebook* questionava a tortura enquanto levava a cabo a tortura "light" dos voluntários. Também foi realizado um *reality show* com o renomado designer Philippe Starck, que ensinava a importância da reciclagem das coisas, enquanto eliminava um a um seus pupilos. E há *reality shows* ecológicos, que disseminam a pesquisa tecnológica, a produção artística e por aí vai. Enquanto o funcionamento de nossa sociedade estiver baseado no descarte de gente, em nome da acumulação capitalista, não há boas intenções que nos livrem da via-crúcis de humilhação, exploração e degradação – de ambos os lados da tela.

Isso não significa que o atual momento de críticas e ações políticas contra as corporações de mídia seja inócuo, pelo contrário, foi aberta a possibilidade de a repensarmos sem o moralismo e o preconceito cultural que condenam a "baixaria", ou que se limitam à "manipulação".

Reinscrever a mídia na estrutura capitalista é, ao mesmo tempo, condenar sua finalidade mercadológica e os formatos e discursos que a tal fim servem, e que dele se alimentam.

Para finalizar, qual é a sua opinião sobre a colaboração dos estudos acadêmicos nos debates sobre mídia e democracia?

Há um equívoco recorrente nas pesquisas acadêmicas a respeito da indústria cultural: pensá-la como uma estrutura de manipulação. Por mais que a mídia não se canse de experimentar a mentira, a distorção, o obscurecimento, o silenciamento, não é no discurso que opera a ideologia. Por exemplo, quando a mídia martela nosso sagrado "direito de ir e vir" enquanto transmite uma manifestação, encontra respaldo na aflição daquele que, de fato, pode ser demitido de imediato, se não chegar a seu trabalho a tempo para sua jornada de exploração. Do mesmo modo, os produtores de *reality shows* não mentem ao afirmar que, sem as "provas" e eliminações ninguém compraria seus produtos. Os programas estariam, então, libertos de sua fantasia, que é a nossa fantasia, e apareceriam como a desrazão que, de fato, são. A indústria cultural mente melhor quando replica a realidade.

Se, então, nosso objetivo é o fortalecimento da democracia, a primeira pergunta a ser feita não é "por que a mídia tortura e degrada?", mas "por que isso sequer se faz um problema?". A pergunta refeita nos permite dar um passo atrás e arriscar a verdadeira questão: há que se fortalecer o estado de direito tal como está posto ou, talvez pela primeira vez, fundá-lo?